

Fim do auxílio pode levar um terço dos brasileiros à pobreza

Em um cenário considerado otimista, o Brasil ampliará em aproximadamente 16 milhões o total de pessoas consideradas pobres quando o auxílio emergencial pago aos mais vulneráveis terminar, no fim deste ano. **Mercado A17**

Fim do auxílio pode levar um terço dos brasileiros à pobreza

Em cenário otimista, 16 mi passarão a viver com menos de R\$ 522,50 ao mês

Fernando Canzian

SÃO PAULO Em um cenário considerado otimista, o Brasil ampliará em cerca de 16 milhões o total de pessoas consideradas pobres quando o auxílio emergencial pago aos mais vulneráveis terminar, no final de 2020.

Equivalente à metade da população da Venezuela, esse contingente de “novos pobres” ampliará para quase um terço os brasileiros que passarão a viver com menos de R\$ 522,50 ao mês, em média. O valor representa menos de meio salário mínimo, e cerca de US\$ 3 ao dia.

O pagamento do auxílio emergencial durante a pandemia do coronavírus a mais de 65 milhões de brasileiros reduziu de forma inédita e abrupta a pobreza no país, trazendo-a ao seu menor patamar.

O fim do benefício terá o efeito contrário —e rápido. A interrupção dos pagamentos aumentará o total de pobres de 23,6% (50,1 milhões de pessoas) para cerca de 31% (66,2 milhões).

Nessa hipótese mais otimista, considerada muito improvável, o Brasil voltaria, em termos de pobreza, ao mesmo patamar de antes da pandemia, de acordo com projeções da FGV Social a partir dos

microdados da PnadC (Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua) e da Pnad Covid, do IBGE.

O cenário não parece factível por dois motivos principais: durante a pandemia, foram os empregos mais precários, sobretudo no setor de serviços, os que mais sofreram por causa do isolamento social; e a renda dos mais pobres já havia sido a mais afetada.

No segundo trimestre deste ano, que pegou totalmente os efeitos do isolamento social e da paralisação econômica, a renda média dos brasileiros caiu 20%. Mas a dos 50% mais pobres despencou 28%.

Quando o auxílio emergencial começou a ser implementado, em abril deste ano, milhões de brasileiros tiveram um súbito aumento de renda, o que fez cair rapidamente a taxa de pobreza.

“Enquanto o país vivia numa espécie de inferno trabalhista, abriu-se um céu em termos de melhora na renda”, afirma Marcelo Neri, diretor da FGV Social.

Esse paradoxo vem sendo desmontado desde que o valor do auxílio emergencial foi

reduzido de R\$ 600 ao mês para R\$ 300; e chegará ao fim em dezembro, quando o benefício for interrompido.

Mesmo que o governo Jair Bolsonaro supere as imensas dificuldades que têm se apresentado para criar um programa de ajuda aos mais pobres a partir de 2021, seu substituto deverá ser muito mais modesto que o auxílio emergencial.

Nos cálculos da FGV Social,



Enquanto o país vivia numa espécie de inferno trabalhista, abriu-se um céu em termos de melhora na renda

Marcelo Neri

diretor da FGV Social, ao explicar o paradoxo enfrentado pelo país durante a crise gerada pela pandemia

os valores desembolsados nos nove meses em que o auxílio terá existido — nas versões de R\$ 600 e R\$ 300 — serão equivalentes a nove anos de orçamento do Bolsa Família.

“Em qualquer hipótese, os valores de um novo programa de ajuda serão irrisórios

em comparação ao auxílio emergencial”, diz Neri.

Assim como ocorreu com sua redução, o aumento da pobreza deve afetar mais as regiões Nordeste e Norte, justamente onde a popularidade do presidente Bolsonaro cresceu com o pagamento do

auxílio emergencial.

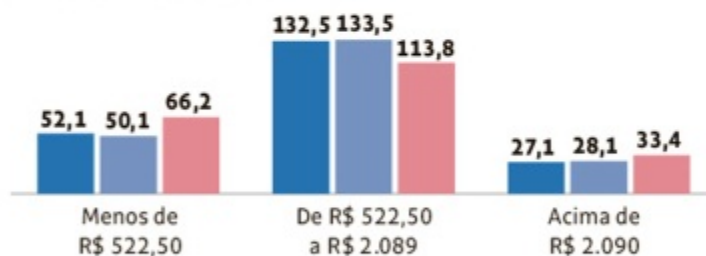
Para que a pobreza não aumente tanto, a economia e o emprego teriam de passar por uma recuperação muito forte, com impactos positivos sobre a renda, algo fora da maioria das previsões.

Continua na pág. A18

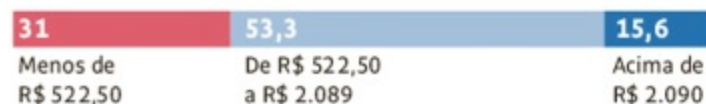
Sem auxílio emergencial, pobreza dispara em 2021

População por faixa de renda, em milhões

■ Jul.2020 ■ Ago.2020 ■ 2021*



Em 2021, % da população



*Previsão

Fonte: FGV Social a partir dos microdados da PNADC anual e PNAD Covid/IBGE

Fim do auxílio pode levar um terço dos brasileiros à pobreza

Continuação da pág. A17

A expectativa do mercado é que o PIB (Produto Interno Bruto) em 2021 cresça cerca de 3,5% — recuperação que nem sequer compensará o tombo de 5% previsto para este ano.

Já as previsões para o emprego são bastante pessimistas, com a taxa de desocupação oscilando entre 17% e 19% no início do ano que vem.

No final de 2019, o desemprego estava em 11,9% e, durante a pandemia, aumentou justamente entre os informais e as pessoas de menor renda — mais propensas a engrossar as estatísticas de pobreza.

A partir de 2021, muitas empresas que participaram do Programa Emergencial de Manutenção do Emprego e da Renda, que permitiu a redução da jornada e de salários, também estarão livres do prazo de carência para realizar demissões — o que dependerá do ritmo da economia.

Para Naercio Menezes, pesquisador do Insper, outra incógnita no mercado de trabalho é se as mudanças provocadas pelo isolamento social serão estruturais.

O fato de menos pessoas estarem circulando nas cidades, com a massificação do trabalho remoto, prejudica atividade informais, como a de ambulantes, e formais, como a de pessoal de manutenção de edifícios comerciais.

Menezes considera difícil o governo federal não criar algum tipo de auxílio para os mais pobres em 2021. “Não parece razoável que uma parcela significativa dos domicílios no país tenha renda zero”, diz.

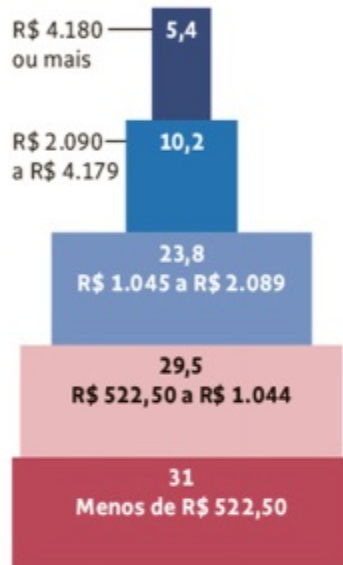
Depois de aventar várias possibilidades, o governo Bolsonaro agora parece ter deixado para depois da eleição, no final de novembro, a defini-

O Brasil é pobre

6 em cada 10

vivem com menos de R\$ 1.044/mês

Renda e % da população



Fonte: FGV Social a partir dos microdados da PNADC anual e PNAD Covid/IBGE

ção sobre o financiamento de um novo Renda Cidadã ou de um Bolsa Família reforçado.

“O nó é que, enquanto a pobreza tende a decolar, o Brasil já gastou quase todo o ‘combustível’ na pandemia, fechando o ano com uma dívida pública de quase 100% do PIB, o que é preocupante”, diz Neri.

Fortuna dos bilionários brasileiros cresceu 39%, diz UBS

SÃO PAULO A fortuna dos bilionários brasileiros cresceu 39% entre abril e julho de 2020, mesmo em meio à pandemia

do coronavírus, segundo relatório do banco suíço UBS e da PwC. Desde 2009, a riqueza dos bilionários nacionais praticamente dobrou.

Ela somava US\$ 176,1 bilhões ao fim de julho (R\$ 983,3 bilhões), comparado a US\$ 127,1 bilhões no início de abril e a US\$ 66,6 bilhões em 2009. O Brasil ocupa a 10ª posição no ranking de países com maiores fortunas de bilionários.

Lideram o ranking os EUA, onde a fortuna dos bilionários chegou em julho a US\$ 3,6 trilhões (R\$ 20,3 trilhões), China (US\$ 1,7 trilhão, ou R\$ 9,5 trilhões) e Alemanha (US\$ 594,9 bilhões, ou R\$ 3,3 trilhões) — veja o top ten ao lado.

Nesses países, a fortuna dos bilionários cresceu 22%, 41% e 33% respectivamente entre abril e julho, o que mostra que o Brasil não está sozinho no enriquecimento dos ultraricos em meio à emergência global de saúde pública.

No mundo como um todo, a fortuna dos bilionários chegou a US\$ 10,2 trilhões (R\$ 57,1 trilhões) ao fim de julho, num crescimento de 27,5% em relação a abril.

Segundo o UBS e a PwC, o valor representa um novo recorde em relação ao pico de US\$ 8,9 trilhões registrado ao fim de 2017. O número de bilionários chegou a 2.189, acima dos 2.158 daquele ano.

Conforme as instituições, a recuperação em “V” dos mercados de capitais entre abril e julho impulsionou o novo recorde. Bilionários industriais e do setor de tecnologia viram suas riquezas crescerem acima dos demais setores, com avanços de 44,4% e 41,3%, respectivamente.

Por outro lado, bilionários do mercado imobiliário viram suas fortunas encolher em 13,2%, com os mercados de capitais duvidando da força da demanda futura por escritórios e imóveis comerciais.

Thais Carrança

+ ONDE BILIONÁRIOS POSSUEM AS MAIORES FORTUNAS

- **EUA**
US\$ 3,6 tri
- **China**
US\$ 1,7 tri
- **Alemanha**
US\$ 594,9 bi
- **Rússia**
US\$ 467,6 bi
- **França**
US\$ 442,9 bi
- **Índia**
US\$ 422,9 bi
- **Hong Kong**
US\$ 356,1 bi
- **Reino Unido**
US\$ 205,9 bi
- **Canadá**
US\$ 178,5 bi
- **Brasil**
US\$ 176,1 bi

Fonte: UBS e PwC; jul.20